

XIII

ENCUENTRO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

Entre lo local y lo global
**Actores, saberes
e instituciones en la
historia de la educación**



ISBN: 978-607-9087-13-5



Universidad Autónoma de Zacatecas
Francisco García Salinas

22 - 24 de Agosto de 2012 Zacatecas, Zacatecas México

Controle disciplinar e atividades escolares na Escola Pública do Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)

Berenice Corsetti

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Introdução

Ao longo da Primeira República, o Rio Grande do Sul, o estado mais meridional do Brasil, vivenciou um processo político peculiar caracterizado pela hegemonia político-partidária do Partido Republicano Rio-Grandense, que passou a implementar um projeto de modernização conservadora cujo objetivo fundamental era a consolidação do sistema capitalista no Estado. Nesse contexto, os dirigentes republicanos de orientação positivista definiram uma política que culminou numa organização do setor educacional na qual a escola pública foi estruturada de acordo com o projeto modernizador antes referido. O controle estabelecido sobre a escola pública evidenciou o caráter autoritário e centralizador que marcou o Estado gaúcho à época. A análise da escola pública rio-grandense possibilita perceber a ampliação da ação do Estado no plano educacional, para o que o controle dos sujeitos do processo educativo foi feito de modo a viabilizar a consecução das intenções dos dirigentes positivistas.

Um dos aspectos mais importantes que caracterizaram a escola públicano Rio Grande do Sul, no período que estamos abordando, foram os mecanismos estabelecidos para oportunizar o adestramento das crianças e dos jovens, para a sua adequação à sociedade perseguida pelos dirigentes do Estado, sociedade esta que, para ter progresso, precisava ter ordem.

Nesse contexto, a cultura escolar profundamente autoritária foi acompanhada de processos disciplinares que buscaram adequar os alunos ao projeto dominante no Rio Grande. O controle disciplinar foi realizado através de dispositivos que possibilitavam ao professor o exercício pleno de uma autoridade hierárquica muito bem caracterizada, nos moldes da mais típica pedagogia tradicional. As atividades escolares, assim, estiveram coerentes com esse contexto. Este estudo procura apresentar os principais elementos que caracterizaram esse processo. Trata-se de um estudo historiográfico, baseado em fontes primárias de época, trabalhadas através de uma leitura hermenêutica e uma metodologia de caráter dialético.

1. O controle disciplinar

Os regulamentos e regimentos escolares¹ possibilitam a percepção de um dos aspectos mais importantes que caracterizaram a escola pública no Rio Grande do Sul, no período que estamos investigando. Referimo-nos aos mecanismos estabelecidos através deles, que viabilizaram o adestramento das crianças e dos jovens para seu ajustamento à ordem social, conforme definida no projeto de modernização conservadora do Rio Grande. A política educacional dos republicanos buscou preparar o homem adequado ao processo de consolidação do capitalismo, para o que os aspectos relacionados com a disciplina, o respeito à hierarquia e à autoridade, o controle rigoroso das atividades e o uso produtivo do tempo, bem como os demais valores decorrentes de uma prática com base nesses elementos, constituíram-se em “ingredientes” permanentes do cotidiano escolar.

A escola pública rio-grandense foi um espaço onde a vigilância, o controle, a exaltação e a punição dos sujeitos nela presentes representaram instrumentos eficientes para o “treinamento” dos hábitos necessários à adequação dos indivíduos ao modelo de sociedade que estava sendo constituída e onde cada um tinha um lugar que devia ser aceito e cujo papel devia ser bem cumprido.

Para tanto, cada aluno das escolas públicas do Rio Grande estava sujeito a normas que possibilitavam o controle completo de sua atuação no ambiente escolar: sua presença e sua ausência eram anotadas, seu comportamento era vigiado, suas qualidades eram confirmadas ou negadas. Seu desempenho era estimulado, o horário lhe era cobrado, suas faltas eram punidas, seu procedimento era exercitado, seus desvios eram corrigidos.

Observando o regimento interno das escolas elementares de 1898, percebe-se o primeiro mecanismo destinado ao controle dos alunos, ou seja, cada aluno, na ocasião de sua entrada para a escola, recebia um caderno especial que deveria conservar todo o tempo de sua frequência escolar. O primeiro trabalho escrito de qualquer matéria, no início de cada quinzena, era feito nesse caderno pelo aluno na própria aula, sem auxílio estranho, de modo que o

¹ Os elementos empíricos que utilizamos nestetrabalhoforam extraídos dos regulamentos e dos regimentos escolares encontrados nasleis, nos decretos e nos atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul dos respectivos anos.

conjunto desses trabalhos permitisse acompanhar a série dos exercícios e conhecer o progresso dos alunos de ano em ano. Esse caderno não podia sair da escola, sob pretexto algum, sendo apresentados às autoridades incumbidas da inspeção e da fiscalização do ensino, quando fosse exigido.

Assim, a vida escolar de cada um dos integrantes das salas de aula das escolas públicas era devidamente visualizada, preparando o terreno para a aceitação natural do controle no mundo do trabalho que, algumas décadas depois, passou a ser feito através da carteira de trabalho, instituída com a legislação trabalhista criada a nível nacional no governo de um dos mais destacados líderes do positivismo gaúcho, Getúlio Vargas.

O controle do tempo foi também claramente estabelecido nesse regimento. No começo de cada ano letivo, o professor devia organizar e submeter à aprovação do respectivo inspetor regional o quadro do emprego do tempo, por dia e hora. Esse quadro, depois de aprovado, era colocado em local bem visível da sala da escola. Os trabalhos diários eram divididos em exercícios diferentes e entremeados de recreio, movimentos e cantos. As horas de aula por semana eram distribuídas de acordo com a importância das disciplinas, cabendo ao ensino das disciplinas “científicas” o tempo maior, bem como ao ensino da língua nacional.

O controle disciplinar era realizado através de dispositivos que possibilitavam ao professor o exercício pleno de uma autoridade hierárquica muito bem caracterizada, nos moldes da mais típica pedagogia tradicional. Ao mesmo em tempo que eram vedados nas escolas os castigos corporais, considerados ultrapassados e próprios da escolarização proporcionada pelos tempos da Monarquia, os quais podiam prejudicar a saúde e a dignidade dos alunos, era possibilitada ao professor a aplicação de diversas formas de correções disciplinares, ou seja: a) advertência particular ou pública; b) privação do recreio; c) detenção na escola até uma hora depois de terminados os trabalhos do dia; d) quadro negro; e) boletim de má conduta; f) queixa à família; g) exclusão provisória; h) exclusão definitiva.

Em paralelo a esses mecanismos de punição, colocavam-se os outros procedimentos que, de forma sutil, sugeriam as atitudes que eram aceitas e estimuladas socialmente, ou seja, o professor podia recompensar os bons alunos com: a) elogio particular ou público; b) boletim de

boa conduta; c) quadro de honra; d) prêmios e quaisquer outras recompensas que o bom senso do professor sugerisse.

O controle disciplinar tinha um elemento complementar representado pelos inspetores escolares, que desempenhavam uma função relevante nesse processo de normatização das atividades escolares, entre as quais a definição da época em que deviam se realizar os exames, outra peça-chave do processo disciplinar das escolas públicas. Os exames sofreram, ao longo do período que estamos analisando, um nítido “aperfeiçoamento” e uma regulamentação minuciosa.

A utilização exaustiva do tempo significou um elemento importante para a formação da mentalidade adequada aos tempos do capitalismo que se consolidava no Rio Grande do Sul, tendo em vista que saber tirar do tempo todos os instantes disponíveis e deles cada vez mais forças úteis redundava em maior rapidez e maior eficiência, elementos nada desprezíveis para uma economia baseada na lucratividade, que devia ser gerada por trabalhadores bem adestrados. Em paralelo, o controle disciplinar estabelecia domínio sobre o corpo, tanto sob o ponto de vista da higiene, fundamental para a existência do trabalhador saudável, como da aceitação do regime de trabalho intenso que estava estabelecido nas fábricas. Portanto, esses hábitos foram preparados pela escola pública, na vivência cotidiana dos alunos com as normas que deveriam seguir ao longo de suas vidas.

Nesse sentido funcionava o quadro de controle do tempo, distribuindo detalhadamente o horário das aulas, aliado ao fato de que entre cada lição eram situados o recreio e os exercícios físicos, durante os quais o professor aproveitava a oportunidade para lições de civildade, pela fiscalização da conduta de cada um dos alunos das respectivas séries.

Esses dispositivos disciplinares, aliados ao sistema de exames e da fiscalização e da inspeção escolar definiram um quadro bastante claro sobre o papel intervencionista do Estado gaúcho, que penetrava no espaço escolar, chegando com os mecanismos de controle estabelecidos ao interior das próprias salas de aula, onde era reproduzida a mesma lógica da dominação que permeava os outros níveis do todo social. A preparação dos alunos para a vida coletiva onde o princípio norteador era a ordem, ao qual estavam aliados todos os demais

valores necessários ao bom funcionamento da sociedade capitalista, era sustentada por esse conjunto de regulamentações que apresentamos e cuja eficácia parece ter sido das melhores.

O sistema disciplinar dos estabelecimentos de ensino público do Rio Grande do Sul culminava, como indica o regimento interno de 1927, com um mecanismo de registro que demonstra a forma de controle do Estado sobre a vida da escola e que era representado pelos seguintes livros : a) do ponto - para registro da freqüência dos funcionários; b) de atos de exame e sabatinas - para registro de exames e das sabatinas cujas notas valiam para os exames; c) de visitas - para registro das visitas dos delegados, sub-delegados, inspetores e visitantes propriamente ditos; d) do tombamento - que era escrito como um livro comercial, para controle dos materiais da escola; e) de matrícula - para registro da matrícula e retiradas dos alunos com as respectivas causas; f) de presença - para a chamada dos alunos, onde diariamente eram apontadas as ausências dos mesmos; g) de matrícula dos professores - para registro de licenças, apreciações superiores (louvor ou censura) e faltas; h) copiador de correspondência.

Com o registro dos acontecimentos da escola, quaisquer que fossem as normas escolares, garantiram, finalmente, que a memória sobre os aspectos disciplinares da instituição escolar não fosse perdida, guardando-se, pelo tempo necessário, as informações sobre todos os indivíduos que por ali passaram.

2. O cotidiano das atividades escolares

No regimento interno das escolas elementares de 1898 foi explicitada boa parte da orientação estabelecida para a prática didática nas escolas públicas rio-grandenses, o que foi complementado com as instruções preliminares aos programas do ensino elementar de 1899 e no regimento interno dos colégios elementares de 1910.² De certa forma, a orientação se repete nesses três instrumentos legais, tendo havido algumas complementações que não alteraram o sentido geral da mesma.

² As informações relativas à prática didática relacionadas com os dispositivos legais de 1898, 1899 e 1910 podem ser encontradas na legislação da época: Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, p. 277-282; de 1899, p. 257-9; de 1910, p. 214-9.

Assim, os trabalhos diários na sala de aula eram divididos em exercícios diferentes, entremeados de recreio, movimentos e cantos, sendo empregado o método simultâneo, com as lições dadas diretamente aos alunos pelo professor, tendo em vista o adiantamento geral e uniforme da classe. Todas as lições eram, tanto quanto possível, acompanhadas de explicações orais e interrogações. Os trabalhos escritos eram comumente corrigidos no quadro negro simultaneamente à correção oral, com exceção das redações que eram corrigidas pelo professor fora das horas letivas.

A sessão escolar durava cinco horas diárias. Entre cada lição havia um intervalo consagrado ao descanso, aos exercícios físicos e ao canto escolar. Cada lição tinha a duração de quarenta minutos para a primeira classe elementar, de quarenta e cinco para as outras e de cinqüenta para as classes complementares. O horário da escola elementar era organizado pelo respectivo professor e o do colégio distrital ou escola complementar pelo respectivo diretor, de acordo com os professores. O horário era submetido à aprovação do inspetor regional.

A priorização das matérias científicas esteve presente na distribuição do tempo e das atividades de sala de aula. Este elemento distingue a educação adotada pelos positivistas, daquela organizada à época do Império, pelos liberais. A importância conferida ao ensino da língua portuguesa foi também coerente com as ações nacionalizadoras desenvolvidas, no plano educacional, pelos republicanos. Os conteúdos de caráter cívico e moral igualmente foram prestigiados, o que remete para as práticas de legitimação e de construção do imaginário social integrante da política educacional dos positivistas no Rio Grande do Sul. As demais disciplinas foram distribuídas de forma a complementar o currículo escolar.

No caso do ensino complementar, a estruturação do mesmo sofreu alterações ao longo do tempo. De início, no caso dos colégios distritais, estava organizado em três séries. Com a extinção destes colégios e a manutenção apenas da escola complementar em Porto Alegre, a distribuição das matérias de ensino foi organizada a partir do quadro de emprego do tempo que expomos abaixo.

Ensino Complementar: Quadro De Emprego Do Tempo (Horas Por Semana) 1916

MATÉRIAS DE ENSINO	1ª. Série	2ªSérie	3ªSérie	4ªSérie	TOTAL
Português	4	3	3	2	12
Francês	4	3	3	2	12
Geografia e História	3	3	3	3	12
Pedagogia e DireitoPátrio	2	2	2	2	08
Liçõespráticas de Pedagogia	-----	-----	2	2	04
Física, Química e Ciências	3	3	3	3	12
Aritmética, Álgebra e Geometria	3	3	3	3	12
Desenho	1	1	1	2	05
Música	1	1	1	1	04
Escrituração Mercantil	-----	1	1	1	03
TrabalhosManuais	2	2	1	2	07
Ginástica	1	2	1	1	05
TOTAL	24	24	24	24	96

FONTE: Decreto nº2.224, de 29.11.1916. Leis, Decretos e Atos
do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1916, p. 167.

O quadro de emprego do tempo da escola complementar indica que, nesse nível de ensino, foi buscado um equilíbrio entre as áreas consideradas mais importantes para a formação escolar.

Por outro lado, a diferença entre os sexos foi considerada relevante pelos dirigentes educacionais, que a deixaram explícita nas orientações estabelecidas aos professores na sua prática escolar. Nas escolas elementares, a admissão de meninas nas classes do sexo masculino só era permitida nos núcleos coloniais, com expressa autorização do inspetor regional, mediante reclamação dos respectivos pais e informação favorável do presidente do conselho distrital ou de seu substituto.

A relação professor-aluno, seguindo a estrutura vertical construída pelos republicanos no setor educacional, dava ao mestre a autoridade estabelecida nos regulamentos e regimentos

escolares, com as punições bem definidas para o caso dos alunos infratores. Os castigos físicos, apesar de proibidos, continuaram existindo, se bem que gradualmente substituídos pela violência simbólica dos mecanismos que apontamos ao tratar do controle disciplinar. O caráter dessa relação pode ser bem auferido da determinação que possibilitou aos professores o auxílio de alguns de seus alunos que se distinguiram pela inteligência, pelo estudo e pelo comportamento, na manutenção da ordem e disciplina da escola. Sintomaticamente, esses alunos foram chamados de “censores”.

A determinação sistematicamente passada aos professores foi a de que o ensino devia ter um cunho prático e concreto e não abstrato e teórico. Essa perspectiva, todavia, se chocava com a orientação relacionada a um ensino verbalista, centrado na figura do professor, que deveria “falar o mais possível”. O sistema de perguntas e respostas, tão utilizado à época, estimulava uma aprendizagem centrada na memorização, bem aos moldes do método tradicional.

Os recursos didáticos eram precários, sobretudo nas escolas isoladas da zona rural. O próprio fornecimento de livros didáticos sofreu dificuldades. Na década de 1920, sobretudo ao final do período, percebemos uma maior preocupação com a questão das técnicas de trabalho e dos recursos didáticos. No entanto, a realidade que vigorou na ampla maioria das escolas públicas do Estado foi a pobreza de recursos.

Considerações finais

Os elementos que aqui apresentamos configuram uma realidade que marcou a história da educação no Rio Grande do Sul, no período estudado. A partir dos dados pesquisados, pudemos perceber a organização da escola a partir do projeto político dos positivistas gaúchos. De forma especial, a análise do controle disciplinar e das atividades escolares nos permitiu perceber que o ajustamento à ordem social foi preparado a partir da instituição escolar.

Os aspectos que destacamos integram um conjunto mais amplo, que caracteriza a política educacional e a organização da escola, na Primeira República Rio-Grandense. Pelas

dimensões estabelecidas para este trabalho, remetemos os leitores interessados para o estudo que realizamos sobre o tema, que está citado nas referências bibliográficas.

Referências bibliográficas

Corsetti, B. (1998). *Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.

Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1889- 1930).

Regimento Interno das Escolas Elementares, Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1898).

Regimento Interno dos Colégios Elementares, Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1910).

Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior (1889-1930).